

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2020**

(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Dispõe sobre os efeitos da renúncia na sucessão hereditária e, para tanto, acrescenta parágrafo único ao art. 1.810 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os efeitos da renúncia na sucessão hereditária e, para tanto, acrescenta parágrafo único ao art. 1.810 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.

Art. 2º O art. 1.810 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1.810.....

.....

Parágrafo único. Concorrendo herdeiros de classes diversas, a renúncia de qualquer deles devolve sua parte aos que integram a mesma ordem dos chamados a suceder. (NR)”

Art. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição acrescenta parágrafo único ao art. 1.810 do Código Civil (Lei 10.406/2002), de modo a complementar a norma, tornando-a coerente e compatível com o direito de sucessões em vigor desde 2002.

O art. 1.810 tem a seguinte redação:

Art. 1.810. Na sucessão legítima, a parte do renunciante acresce à dos outros herdeiros da mesma classe e, sendo ele o único desta, devolve-se aos da subsequente.

Este dispositivo precisa ser aperfeiçoado, nos termos do Enunciado nº 575 do Conselho da Justiça Federal, que assim dispõe:

“Enunciado 575: Concorrendo herdeiros de classes diversas, a renúncia de qualquer deles devolve sua parte aos que integram a mesma ordem dos chamados a suceder”.

Acrescenta-se, portanto, parágrafo único ao art. 1.810 do CC, para constar que, *“concorrendo herdeiros de classes diversas, a renúncia de qualquer deles devolve sua parte aos que integram a mesma ordem dos chamados a suceder”*.

Como justificção para o projeto de lei, adotamos os fundamentos para o Enunciado 575 da VI Jornada de Direito Civil, realizada pelo Conselho da Justiça Federal, em março de 2013:

*“Com o advento do Código Civil de 2002, a ordem de vocação hereditária passou a compreender herdeiros de classes diferentes na mesma ordem, em concorrência sucessória. Alguns dispositivos do Código Civil, entretanto, permaneceram inalterados em comparação com a legislação anterior. É o caso do art. 1.810, que prevê, na hipótese de renúncia, que a parte do herdeiro renunciante seja devolvida aos herdeiros da mesma classe. Em interpretação literal, v.g., concorrendo à sucessão cônjuge e filhos, em caso de renúncia de um dos filhos, sua parte seria redistribuída apenas aos filhos remanescentes, não ao cônjuge, que pertence a classe diversa. Tal interpretação, entretanto, não se coaduna com a melhor doutrina, visto que a distribuição do quinhão dos herdeiros legítimos (arts. 1.790, 1.832, 1.837) não comporta exceção, devendo ser mantida mesmo no caso de renúncia.”*

Por se tratar de consenso no meio jurídico, estamos certos de contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado CARLOS BEZERRA

PL\_2019\_14747\_GH